

ATA Nº 106/2024 – Da Comissão de Seleção, Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

1 Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos,
2 na sala de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Social, localizada na Avenida Ernani
3 Cotrim, 163, Centro, Capivari de Baixo-SC, reuniu-se os membros da Comissão de Seleção,
4 Normas e Documentos, formada por membros do CMDCA, sob a condução do relator:
5 Hamilton Gomes de Sousa (representante titular da APAE). Estando presentes os conselheiros,
6 representantes governamentais e não governamentais integrantes desta comissão: Alessandra
7 Vieira Francioni Silva (representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Social), Flávia
8 Locks Nunes (representante suplente da AJL), João Victor Torres Bandeira (representante
9 titular da Secretaria de Gestão e da Fazenda), Marina Machado dos Santos da Rosa
10 (representante titular do CEACA), e Viviane Pereira Alves (representante titular da Secretaria
11 de Saúde). Hamilton informa que os assuntos em pauta são: A análise das solicitações das
12 renovações de registro das entidades e inscrição de seus programas no CMDCA e informa que
13 foram recebidos os envelopes da AJL e da ACICAP e debater sobre as necessidades das
14 crianças e adolescentes do município, visando abertura dos editais. Hamilton questiona se
15 CEACA já está com o registro ok no CMDCA, pois está presente uma Resolução. João Victor
16 confirma que já foi aprovado. Sabrina observa que a Resolução impressa é a de n. 512/2024
17 aprovada na última plenária, referente a última alteração na Resolução de n. 002/2014, a qual
18 possibilita que a entidade entregue as documentações de forma física/impressa encadernada ou
19 grampeada paginado em sua íntegra e virtual, gravado em Pen Drive ou encaminhado no e-mail
20 oficial: cmdca@capivariebaixo.sc.gov.br, em documento único, em PDF, para recordá-los.
21 João Victor confirma. Sabrina explica que a Associação Jorge Lacerda encaminhou a
22 documentação de solicitação de registro digitalizada através do e-mail. Alessandra passa em
23 tela. Flávia explica que encaminharam digitalizado e também de forma física. Sabrina confirma
24 e diz que Hamilton já mencionou que estão com o envelope e diz que a observação é que antes
25 a forma digitalizada era recebida somente no pendrive dentro do envelope, mas na última foi
26 aprovado o recebimento no e-mail. Hamilton sugere iniciar pela análise da AJL. João Victor
27 solicita que os conselheiros assinem o envelope, certificando que o mesmo veio lacrado.
28 Conselheiros assinam. João Victor realiza a leitura dos itens da Resolução de n. 002/2014 e
29 suas alterações e Hamilton analisa as documentações da entidade. Hamilton inicialmente
30 informa que não veio requerimento, porém após melhor análise achou-se sendo observado por
31 Hamilton que está completo. Sabrina observa que as documentações não estão na ordem e
32 grampeadas em sua íntegra. João Victor confirma e observa que também não está paginado na
33 íntegra. Conselheiros observam que das documentações mencionadas na Resolução de n.
34 002/2014, considerando as suas alterações posteriores, constam: Alvará e atestado de
35 funcionamento, comprovação de inscrição CNPJ. Quanto à relação de funcionários, Marina
36 observa que consta no anexo IV nas últimas duas folhas do requerimento. João Victor sugere
37 levar para a plenária a sugestão de alteração na Resolução n.02/2014, devido à alteração no
38 ECA, para ter a declaração de antecedentes criminais de todos os funcionários. Marina
39 questiona onde se pega. Alessandra diz que podem solicitar on-line no judiciário. Marina
40 questiona se é através do nome. Viviane diz que é através do CPF da pessoa. Após debates,
41 conselheiros concordam por unanimidade. Não consta: o Estatuto. João Victor continua a
42 leitura: Plano de ação, item V da Resolução. Hamilton confirma que consta plano de ação;
43 Marina diz que tem como ações do ano anterior: o Podcast; Hamilton diz que o anexo II plano
44 de ação consta; Alessandra pede a confirmação do que tinha faltado para verificar no
45 digitalizado. Marina diz que o estatuto e após análise confirma que no documento físico não
46 consta mesmo. João Victor questiona a cópia do Registro em outros conselhos. Hamilton diz
47 que não consta. João Victor questiona se a AJL não está cadastrada no conselho de assistência
48 e do idoso. Alessandra diz que ela faz parte do conselho do idoso. Flávia diz que fazem parte
49 do conselho do idoso e meio ambiente. João Victor diz que o parecer é favorável à aprovação

50 desde que tragam a cópia do estatuto e os registros nos demais conselhos. Hamilton observa
51 que também é interessante grampear. Marina complementa: que a entidade deve acrescentar
52 também a numeração de todas as páginas. João Victor observa que na Resolução consta e
53 também em documento único e em PDF. Hamilton observa que no Decreto n. 1847/2024, de
54 06 de maio de 2024 que diz que a AJL faz parte do conselho. João Victor observa que esse
55 decreto trata da composição do conselho, e precisam da resolução ou declaração que estão
56 registrados nos demais conselhos. Conselheiros concordam e emitem, por aprovação da sua
57 maioria, o parecer de n. 04/2024 da Comissão de seleção, normas e documentos, com o parecer
58 favorável à aprovação desde que sanadas as pendências: entregar fisicamente e digitalizado: o
59 estatuto, registro nos demais conselhos, grampear e paginar o documento na íntegra. Hamilton
60 passa à análise da documentação encaminhada pela ACICAP e passa o envelope para a
61 assinatura dos conselheiros. Conselheiros certificam o envelope confirmando que veio lacrado.
62 Hamilton diz que o requerimento está ok, devidamente preenchido contendo os dados gerais da
63 entidade e CNPJ. Marina observa que não basta ter o número do CNPJ, devem apresentar a
64 folha. Hamilton diz que consta apenas o número. Dados dos programas ok; João Victor observa
65 que o programa de acolhimento institucional não foi preenchido, a folha está somente assinada.
66 Hamilton diz que consta também a relação dos funcionários. João Victor questiona se não pode
67 ser considerado abrigo, pois a informação que trouxeram é que há uma casa. Alessandra (SAS)
68 diz que é bem sério, e diz que há jovens que dormem lá. Hamilton diz que, segundo a Dafna,
69 essa casa deveria ter registro. Marina diz que a entidade assinalou, com um x, apenas como
70 programa de apoio socioeducativo em meio aberto, não refere-se à acolhimento institucional.
71 João Victor explica que a entidade menciona depois. Hamilton realiza a leitura e diz que o
72 horário que constam é das 13:30 às 19:30 e o público alvo é de 11 aos 19. João Victor observa
73 que não foi preenchido o item 6 do relatório, constando na última folha apenas a assinatura do
74 responsável: Arthur. João Victor pede que constem o parecer como indeferido e pedir atenção
75 à leitura do art. 11 da Resolução de n. 002/2014, pois não apresentaram nenhum dos itens
76 solicitados a serem anexados. João Victor observa que devem grampear e paginar na íntegra e
77 digitalizar, pois o documento não veio pendrive e nem no e-mail. Conselheiros aprovam por
78 unanimidade, sendo emitido o parecer de n. 05/2024 com o parecer desfavorável à aprovação
79 do registro da ACICAP e seus programas no CMDCA. João Victor observa que faltou leitura
80 da Resolução por parte da entidade. Hamilton sugere que acrescentem no parecer: ler na íntegra
81 as resoluções. Hamilton passa ao item: Debate sobre as necessidades das crianças e adolescentes
82 do município, visando abertura dos editais; João Victor diz que sobre esse item pode comentar:
83 visto que ainda não tem diagnóstico no município, e que as entidades e secretarias participam
84 do conselho, sugere que cada conselheiro verifique em sua Secretaria, sua entidade o que
85 realmente o município necessita, ver o que realmente tem de necessidades e reforça que o
86 conselho tem a presença de membros do governo e das entidades e explica que cada secretaria,
87 por exemplo: a da saúde, o que tem faltado para incluir nos itens dos editais. João Victor observa
88 que o edital anterior não delimitou, ficou muito abrangente e explica que a maioria dos editais,
89 como o do estado, que trouxe para exemplificar, traz algo específico em cada eixo. João Victor
90 exemplifica que na área da saúde fala-se muito de autismo, saúde mental. Alessandra diz que
91 no CREAS observa muitos casos de alienação parental, brigas e também há muitos catadores
92 no município, onde ocorre a negligência com as crianças, por exemplo: pela falta de higiene,
93 crianças que vão para a escola mal cheirosas; Hamilton diz que devem usar os relatórios para
94 essa análise. Hamilton diz que uma questão que aparece na APAE é que basta que acham que
95 por ter deficiência já tem vaga garantida na APAE e explica que é a prefeitura quem indica,
96 através dos postinhos, tem que ter o diagnóstico. Hamilton diz que as famílias estão entrando
97 em fila pra entrar na APAE. Alessandra diz que atualmente quase todos tem algum grau de
98 autismo. Marina diz que no CEACA também é crescente o número de crianças com problemas
99 e diz que também dão remédio na hora do almoço, e a caixa está crescente. Hamilton diz que
100 através do SISREG é fila. Alessandra diz que podem solicitar para a saúde a fila de espera, bem
101 como podem fazer a divulgação pra população de como funciona. João Victor concorda e diz

102 que é importante orientar os pais e responsáveis qual caminho seguir se achar que o filho tem
103 alguma coisa, pois às vezes os pais nem sabem o que fazer. João Victor questiona quanto tem
104 na conta do FIA. Sabrina explica que tem o valor que definiram no plano de ação para projetos
105 e tem o valor que consta na conta do FIA da última prestação de contas do FIA. Sabrina mostra
106 em tela. João Victor diz que para esse ano constaram R\$ 69 mil pra projetos, observando que é
107 muito pouco e questiona quem colocou. Sabrina observa que foi o plano de ação e aplicação
108 aprovado pelo conselho no ano anterior, no qual esteve presente o contador: Wagner e
109 Alessandra do controle interno. Sabrina explica que porém já foi explicado pela contabilidade
110 que é possível utilizar valor maior e explica que demonstrou o plano para verificarem a
111 importância da leitura no momento da aprovação e abre em tela o último relatório de prestação
112 de contas. João Victor observa que então tem o valor de R\$ 441.019,41, quatrocentos e quarenta
113 e um mil, dezenove reais e quarenta e um centavos, na conta do FIA e questiona se utilizarão
114 todo esse valor nos projetos. Após debates, João sugere utilizar R\$ 440 mil. Conselheiros
115 concordam. Marina questiona o que costumam pedir mais no estado. João Victor diz que
116 imprimiu o edital do Estado e repassa documentos aos conselheiros para a visualização.
117 Hamilton pede o edital do Estado. João Victor diz que disponibilizará no grupo de Whatsapp
118 do CMDCA. João Victor sugere colocar todas as áreas, mas dentro colocar o que querem,
119 definem quais os objetivos. Ex: Fortalecimento do conselho, uma capacitação, por exemplo.
120 Marina diz que está parecido com o edital anterior do CMDCA. João Victor explica que seguem
121 os eixos e depois aquilo que vai ser tratado. Hamilton diz que tem observado também que as
122 campanhas de vacinação não estão atingindo o número e diz que em seu tempo foi criado com
123 vacinação e atualmente as pessoas não estão aderindo. Hamilton observa que o Brasil era
124 referência em vacina e observa que surgiram muitas fake News e sugere que podem trabalhar
125 nesse sentido: campanhas de conscientização sobre a vacinação. Marina questiona quantos
126 projetos por entidade. João Victor sugere que a entidade possa apresentar até dois projetos
127 porém explica que no edital anterior os conselheiros dividiram o valor pelo número de entidades
128 que apresentariam projetos, porém diz que não deveria ser dessa forma, e diz que é para
129 selecionar o mais viável, não é dividir. João Victor diz que houve um recurso da entidade AJL
130 em que o projeto não foi aprovado e esse recurso poderia ter sido utilizado. Sabrina questiona
131 se a proposta é iniciar os projetos ainda para esse ano ou seria para o ano que vem, considerando
132 que ainda terão que fazer o edital, tendo o prazo mínimo de 30 dias pra ficar aberto. João Victor
133 diz que por ser ano de eleição é um pouco mais moroso, mas podem abrir o edital até o meio
134 do ano para projetos ano que vem. João Victor diz que outra questão é que no Marco regulatório
135 da Sociedade civil, lei n. 13.019/2014, consta que as entidades que apresentarem os projetos
136 não podem participar da seleção e diz que a comissão de seleção são pessoas que não tem
137 envolvimento da entidade. Marina diz que não fica na reunião que analisa projeto do CEACA
138 e questiona se está dizendo é que não pode participar de todas as seleções, de projeto de
139 nenhuma entidade. João Victor diz que não podem selecionar nenhum projeto, não pode
140 participar da seleção. João Victor realiza a leitura da lei n. 13.019/2014, § 1º: As propostas
141 serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, nos termos desta Lei, ou
142 constituída pelo respectivo conselho gestor, se o projeto for financiado com recursos de fundos
143 específicos; §: 2º Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos
144 cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do
145 chamamento público; §: 3º Configurado o impedimento previsto no § 2º: deverá ser designado
146 membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído. João Victor diz que
147 no caso do FIA, o conselho gestor é o CMDCA. Alessandra diz que essa questão já foi discutida
148 em outro momento no conselho e explica que o município é pequeno e tem poucas entidades.
149 E se fosse dessa forma nenhum município da região poderia selecionar projetos. Alessandra diz
150 que cada conselheiro representante tem parceria com a sua própria entidade e não entre elas.
151 Marina diz que pela redação as pessoas das entidades não poderiam compor a comissão de
152 seleção. Alessandra diz que a Rosa já fez esse questionamento pra alguém e trouxe ao conselho,
153 e diz que não recorda se foi para a GAM. Marina diz que podem questionar amanhã a GAM

154 novamente, pois terão curso. Alessandra reforça que Capivari é um município pequeno e que
155 geralmente são as três entidades que apresentam projetos: APAE, CEACA e AJL, mas podem
156 estudar mais sobre isso. João Victor diz que talvez se tivessem um conselho maior. Alessandra
157 diz que não tem entidades para compor. Hamilton convida João Victor para ir na rádio falar
158 sobre a dedução do imposto de renda para direcionar ao fundo da criança e do adolescente e do
159 idoso. João Victor questiona se Hamilton também vai. Hamilton confirma que estará lá. João
160 Victor questiona o horário e local. Hamilton diz que 8h, na Rádio Capivari FM, próximo à
161 igreja. Hamilton questiona se João Victor estará na condição de presidente do CMDCA. João
162 Victor diz que está como vice-presidente inteirinho. Marina diz que é presidente só não está
163 ainda formalizado no papel. Hamilton questiona qual o presidente atual do conselho do idoso.
164 João Victor diz que também não há. Hamilton diz que João poderá explanar sobre os dois e
165 questiona qual a porcentagem do IR pode ser direcionada ao FIA. João Victor diz que pessoa
166 jurídica de luro real até 1%, pessoas físicas até 6% ou 3% no ato da declaração de ajuste anual.
167 João Victor questiona se não é melhor levar um contador. Hamilton diz que será uma conversa
168 tranquila e após em caso de dúvida sugerem procurar um contador. João Victor diz que
169 Alessandra também havia mencionado que quer ir. Hamilton questiona o valor arrecadado do
170 imposto de renda anterior. Sabrina abre o relatório de prestação de contas do FIA do ano de
171 2023. João Victor relata que o valor arrecadado através do IR foi de R\$: 18.995,20. Hamilton
172 diz que falará com a Rosilene para ver uma forma de ampliar o atendimento, pois é uma fila
173 grande. Marina diz que tiveram a formatura do projeto: Trabalhando juntos, que foi parceria
174 entre Ministério Público e CIEE e relata que quatro adolescentes do CEACA pegaram de jovem
175 aprendiz e diz que estão sendo acompanhados, auxiliou também na auto estima. João Victor
176 concorda e sugere pegar os eixos e discutir com suas secretarias, seus dirigentes e diz que no
177 seu caso pode analisar os relatórios emitidos pelo Conselho Tutelar. Marina sugere que tenham
178 um prazo. Sabrina questiona se o prazo pode ser até a reunião ordinária da semana que vem ou
179 fica muito em cima. João Victor diz que podem trazer no dia 23 de maio e diz que é para cada
180 conselheiro sentar com a Secretária, com a entidade e ver o que estão precisando na área da
181 infância e adolescência pra trazer na próxima plenária, quinta-feira, dia 23 de maio de 2024.
182 Conselheiros concordam por unanimidade. E não tendo mais a se tratar, a reunião foi encerrada
183 às 09h33min. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de Assistente
184 administrativo do Conselho Municipal de Capivari de Baixo, lavrei a presente ata que, após lida
185 e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.